

**“AS QUEIXAS DO POVO”:
VOCÊ SABE DE QUANDO VÊM?**

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci

Informal e gratuitamente, sem exigir normas gramaticais, desde a primeira década do século XX, no Rio de Janeiro, leitores de todos os tipos tiveram espaço para reclamar, através de uma das colunas do “Jornal do Brasil”, periódico popular e de oposição, de seus infortúnios. Através de cartas muito singelas, porém, testemunhos vivos do cotidiano da cidade, tais reivindicações abrangeram desde as relações de trabalho, qualidade do salário, até as péssimas condições da segurança pública, saneamento e limpeza da cidade, falta de habitação, problemas de fornecimento de luz e abastecimento de água, para lembrar apenas os mais comuns apelos que foram analisados pelo historiador Eduardo Silva, no livro *As Queixas do Povo*, editado pela Paz e Terra.

Esse jovem e talentoso historiador que aliás muito bem já se revelou em outros trabalhos, dos quais lembramos *Barões e Escravidão e Idéias Políticas de Quintino Bocaiuva* — demonstra uma vez mais seu excelente critério de análise e sua capacidade como cientista social, oferecendo no presente estudo significativa contribuição para o avanço de nossa historiografia, ao revelar valioso subsídio para a compreensão de uma realidade brasileira, deixando evidente ao pesquisador a riqueza da imprensa como fonte imprescindível para a melhoria da produção científico-histórico-cultural.

Em texto bem elaborado, dividido em seis capítulos que abordam desde a problemática dos pobres à sua condição de cidadão, passando pelo que significava a oposição ao regime republicano, até o que era, na prática, viver no Rio de Janeiro naquela época, os historiadores brasileiros, comprometidos com o entendimento da realidade sócio-econômico-política, terão campo amplo e pouco estudado ainda para caminharem na área da história das mentalidades coletivas.

Uma das preocupações do A. neste trabalho foi resgatar como se processou a incorporação da massa popular ao sistema político, demonstrando que os “queixosos” representaram parcela significativa e majoritária da população carioca, apontando, à p. 19 que: “O mundo dos

queixosos potenciais, como consumidores ou como moradores, crescia assim a taxa superior ao simples crescimento demográfico da população e isto como consequência da própria ação do governo.”

Deixa ainda evidenciado que fundamentalmente as queixas populares no Rio de Janeiro no limiar do século foram de dois níveis: reclamações ao governo e do governo. No primeiro caso quando solicitaram medidas de segurança, e, no segundo, quando protestaram contra o arbítrio de seus agentes (notoriamente os fiscais e os policiais).

Diz-nos Eduardo, à p. 21, que “Surpreende novamente a ausência de qualquer reclamação contra os processos decisórios do governo”, ficando patente que o protesto fora contra os resultados da ação governamental e não contra a maneira decisória, já que acreditavam no Estado benfeitor, o que facilitou, sem dúvida alguma, a perpetuação do arbítrio, da corrupção e da desigualdade nas primeiras décadas do nosso século.

Cremos que com a publicação desta pesquisa temos mais um espaço aberto para que outras possam acontecer nessa proposta, sobretudo a níveis regionais, para que nessa trajetória possamos realmente dimensionar a ação popular frente às estruturas de poder, a fim de que a formação da cidadania no Brasil possa ser, em futuro breve, amplamente debatida a nível nacional, até porque, entender-se a cultura política do povo é absolutamente necessário para a compreensão do porque dele ter sido sempre um perdedor frente ao sistema.